

# Congressistas viajam e deixam MPs sem votar

Os parlamentares têm mais uma semana remunerada de trabalho antes do término da atual *Legislatura*, mas há pouca chance de que as matérias em pauta sejam votadas até a posse do novo Congresso, em 1º de fevereiro.

Projetos polêmicos como a 'Lei Rita Camata', que limita em 60% os gastos da União com a folha de pagamento do funcionalismo, terão de aguardar fevereiro.

O projeto passou pela Câmara, mas a falta de acordo entre os partidos impediu sua aprovação.

A Mesa da Câmara não conseguiu abrir sessão ontem, porque apenas 36 deputados estavam presentes. Seria necessário um mínimo de 52.

As férias do Congresso deixaram acumuladas para os novos parlamentares nada menos que 65 medidas provisórias enviadas pelos governos de Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso.

**Moeda** — No pacote de MPs, a do Plano Real tem prazo até hoje para ser votada, embora a moeda já esteja vigorando no País há sete meses.

As mensalidades escolares estão congeladas desde abril passado, e a MP que dispõe sobre as regras de conversão para o Real vem sofrendo, por falta de votação, sucessivas reedições.

Deputados e senadores, no entanto, estão recebendo, além do salário de janeiro, uma ajuda de custo pela convocação extraordinária para limpar a pauta.

Vários projetos da Câmara e Senado serão arquivados no dia 1º e terão de ser reapresentados na próxima *Legislatura*, porque a presença de parlamentares em Brasília foi insuficiente para garantir sua votação. Ou porque esses projetos foram prejudicados por interesses pessoais dos congressistas.

Na próxima *Legislatura*, a Câmara vai herdar o projeto que concede pensão vitalícia aos ex-presidentes da República — já aprovado no Senado — que vai garantir a terceira aposentadoria ao presidente Fernando Henrique Cardoso.